



A importância da comunidade LGBTQ+: territorialização no espaço urbano e melhoria da qualidade de vida a partir dos centros sociais

DE ALMEIDA, Igor¹

Graduando Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

SIMÃO, Karina Machado de Castro²

Docente Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

Resumo

O movimento LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers, Questionadores, Intersexuais, Assexuados, Aliados e Pansexuais), teve início na década de setenta, no Brasil, durante o período da ditadura militar, quando aconteciam manifestos e buscas por melhorias de direitos a essa população reunida nos “guetos”. Com o decorrer das décadas de oitenta e noventa a comunidade LGBTQ+ foi crescendo e ganhando maior visibilidade no território brasileiro. Entretanto, o Brasil ainda é o país com maior número de casos de morte de LGBTQ’s no mundo, sendo Minas Gerais o segundo estado com maior quantidade de incidências de morte, o que demonstra a grande vulnerabilidade desta camada da população. Este trabalho visa a pesquisa de dados sobre a comunidade LGBTQ+, suas demandas, necessidades, conquistas e desafios apresentados por meio de estudos e revisões bibliográficas, que apresentam conceitos de território e ideias relacionadas à psicologia ambiental relacionando estes com a população LGBTQ+ e assim, demonstrando a importância de projetos arquitetônicos que tenham como propósito o atendimento a essa camada da população brasileira, comprovando a eficácia no que diz a respeito da qualidade de vida dos usuários dos centros sociais.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix
igordealmeida.a@gmail.com

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda no Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais
karinamdc@yahoo.com.br



Palavras-chave: Territorialização; Comunidade LGBT+; Psicologia ambiental; Centros sociais.

Introdução

A homossexualidade era tratada como um transtorno psicológico no Brasil durante o século XIX. Médicos, juízes e a população em geral, a maioria católica, preocupavam-se com a grande e rápida expansão da pederastia e das “perversões sexuais” pelas cidades e como este “transtorno” poderia afetar seus modos de vida e principalmente, suas famílias (CABETTE, 2017).

Cabette (2017) também mostra que nos anos 1970, durante o período militar no Brasil, gays, lésbicas e travestis reuniam-se em bares e clubes, chamados de guetos, para discussões sociais sobre seus possíveis direitos e suas repressões e descontentamentos vividos naquele momento.

Foram nos guetos que iniciou-se a circulação de panfletos que deram início às organizações, reivindicações e apoio dos frequentadores daqueles espaços.

O autor (2017) também indica que “O Lampião da Esquina” foi o primeiro jornal com temática homossexual de circulação nacional, no ano de 1978, em seguida surgiu o “Chanacomchana” (1979). Esses jornais relatavam as perseguições e os abusos sofridos por LGBT’s durante a ditadura militar e resistiram mesmo com a censura midiática imposta pelo absolutismo na época (Figura 1).

Figura 1 – Edição de Agosto do Jornal “Lampião da Esquina”, exposta em matéria do Jornal Nexo.



Fonte: NEXO, 2017.

Já na década de 80, Cabette (2017) escreve que, com a ditadura militar chegando ao fim, os movimentos e jornais LGBT's começaram a perder suas forças e foram se diluindo, porém um novo obstáculo chegava à população, principalmente à comunidade LGBT+. O autor (CABETTE, 2017) expõe que em 1980, milhares de pessoas morreram por AIDS no mundo, principalmente homossexuais, que enfrentariam e até atualmente enfrentam o estigma, de serem os únicos portadores da doença.

A AIDS fez com que, apesar do enorme preconceito que rondava, aumentasse a visibilidade à população LGBT+, onde verbas estatais, e até mesmo internacionais, foram investidas na tentativa de minimizar a propagação da doença: "A resposta governamental à AIDS é considerada uma das primeiras formas de reconhecimento do movimento LGBT e suas demandas" (CABETTE, 2017).

Em 1997, ocorreu a primeira Parada LGBT+ do país, na Avenida Paulista, São Paulo. Em Belo Horizonte a primeira parada também ocorreu em 1997 e em 2018 foi indicada como um dos principais eventos da cidade, alcançando um público de mais de cem mil pessoas, que foram às ruas celebrar o orgulho de suas orientações sexuais e de gênero, conforme foi exposto em matéria do Estado de Minas em 2018 (Figura 2).

Figura 2 – 21ª Parada LGBT+ de Belo Horizonte, exposta pelo Jornal Estado de Minas.



Fonte: ESTADO DE MINAS, 2018.

O crescimento da população LGBT+ no país, conseqüentemente, gerou o crescimento de estabelecimentos e eventos voltados a esta parcela da população. Em contrapartida, o Brasil é um dos países onde mais cresceram os casos de morte envolvendo LGBTs, conforme foi apresentada a pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia, GGB (2017).

O artigo tem como objetivo apresentar fatos históricos relacionados ao movimento LGBT+ no Brasil, além de relacionar conceitos e ideias sobre territórios desenvolvidos por LGBT's dentro dos espaços urbanos, além de demonstrar sobre a importância de espaços sociais de auxílio e de proteção à parcela da população, apresentando dados de mortalidade de indivíduos pertencentes à essa comunidade e, relacionando esses fatos com a apresentação da importância de centros sociais para a melhoria na qualidade de vida de seus usuários.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foram pesquisadas e revisadas obras bibliográficas que apresentam a história do movimento LGBT+ e colhimento de fatos midiáticos e relatos pessoais que apresentam a quantidade de mortes relacionadas a essa parcela da população no Brasil (CABETTE, 2017; GRUPO GAY DA BAHIA, 2017;



JORNAL ESTADO DE MINAS, 2018; O GLOBO, 2018), buscando apresentar e caracterizar a comunidade LGBT+ brasileira e parte de suas lutas.

Também foi realizada a revisão bibliográfica de obras que abordam conceitos relacionados a territorialidade (MACRAE, 1983; PERLONGHER, 1987; SIMÕES E FRANÇA, 2005; SOUZA, 2012; HAESBART, 2004), imagem (LYNCH, 1960), psicologia ambiental (RAPOPORT, 1978; DEL RIO, DUARTE E RHEINGANTZ, 2002) e sobre a importância de centros sociais nas cidades (WHYTE, 2005), de forma a associar esses estudos com a população LGBT+ apresentando como essa comunidade influencia os espaços urbanos e reforçando a necessidade de centros sociais que tenham como foco principal o atendimento de LGBT's, garantindo melhor desenvolvimento psicológico aos seus utilizantes.

Resultados e Discussão

MacRae (1983) cita os primeiros relatos sobre o movimento LGBT+, sua fundamentação política e as reivindicações dessa comunidade diante da realidade brasileira na década de oitenta:

Um dos aspectos mais interessantes desta aparição do homossexualismo em público é a vertente que o trata como postura política. Neste caso, o Lampião teve um papel pioneiro, no qual foi quase simultaneamente acompanhado por um grupo de homens em São Paulo, dando origem mais tarde ao Grupo Somos/SP. Hoje em dia há grupos em várias cidades do Brasil. Como todos são autônomos, é bastante difícil caracterizar seus traços gerais, mas pode-se dizer que, grosso modo, elegeram o machismo e a sociedade patriarcal como alvo de seus ataques. Estes grupos geralmente têm como preocupação provocar mudanças na atitude repressora da sociedade, mas a atuação em que - a meu ver - acabam sendo mais bem sucedidos consiste em reuniões de reflexão em que são debatidos temas trazidos pelo relato das histórias de vida de seus integrantes(...) Também em nível político-partidário a questão está sendo debatida e, este ano, alguns candidatos a vereador e a deputado, tanto no PMDB quanto no PT, incluíram em suas plataformas reivindicações dos grupos homossexuais. A principal delas é a exigência da abolição do código 302.0 do INPS, que rotula o homossexualismo como "desvio sexual" (MACRAE, 1983, p. 55-56).



O Código 302.0/1948 do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) tratava o “homossexualismo” como um desvio de comportamento, principalmente nas décadas de setenta e oitenta, sendo as questões abordadas por orientação sexual e/ou de gênero como patologias. Este código foi retirado da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1990.

Foi nesse interstício que o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 29 de fevereiro de 1980, liderou uma campanha nacional pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotulava a homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”. Com isso, somam-se às ações políticas do movimento homossexual voltadas para a sociedade civil, de contornos mais micros, um enfoque político institucional, visando o Estado. (CARNEIRO, 2015, p.1-2)

Retomando sobre o movimento e espaços LGBT's na década de 1980, MacRae (1983) defende os chamados “guetos homossexuais”, que eram bares, saunas e casas noturnas, frequentados exclusivamente por lésbicas, travestis e gays, em sua maioria localizados na cidade de São Paulo. Para o autor (1983), os “guetos” são formas de fortalecimento da população LGBT+ e que garantem até mesmo aos “não assumidos” a possibilidade de se aceitarem e de demonstrarem, futuramente, a sua sexualidade fora daquele espaço:

O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade (MACRAE, 1983, p. 55-56)

Os “guetos” apropriados por esta comunidade se tornam então um território, onde as pressões cotidianas são afastadas, permitindo o desenvolvimento de uma nova identidade social.

O conceito defendido por MacRae não teve boa receptividade por toda a comunidade LGBT+ da época [década de oitenta] (França, 2006). Atualmente ainda se questiona a atuação de discussões políticas pró-LGBT+ somente em espaços exclusivos a essa população.



Nesse contexto, militantes da comunidade defendem que o confinamento de LGBT's em determinados estabelecimentos e/ou espaços gera uma segregação socioespacial, o que não contribui para o combate da homotransfobia³.

Contrário às ideias de MacRae (1983), Perlongher (1987) conclui que não existiam “guetos homossexuais” no Brasil durante a década de oitenta. Segundo o autor (1987), apesar de existir uma área apropriada por gays com um determinado isolamento social, não haviam ocupações residenciais exclusivas a essa comunidade. A área de estudo de MacRae (1983) era o Largo do Arouche, localizado em São Paulo, que, apesar dos espaços e estabelecimentos voltados para homossexuais, era residido, em sua maioria, por heterossexuais.

Simões e França (2005) reconhecem a importância do estudo feito por MacRae sobre os chamados “guetos”:

³ Homotransfobia ou LGBTfobia “é quando alguma pessoa sofre constrangimento, discriminação ou qualquer tipo de violência por ser julgada lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (L, G, B ou T), não importando se realmente é, ou se o agressor apenas imagina que é” (Governo Estadual do Espírito Santo, s/a).

Entende-se, assim, que o esforço de talhar e manter espaços parcialmente protegidos não apenas resulta em novas maneiras de organizar e gerenciar comportamentos e identidades sexuais, mas permite também por em questão as regulações dominantes de sexo e gênero – fazendo parte, assim, de uma luta política mais ampla para a definição do que é legítimo em termos de sexualidade e projeto de vida. Por isso, argumentava MacRae, é da maior importância a existência do “gueto”: mais cedo ou mais tarde, ele acaba afetando outras áreas da sociedade (SIMÕES ;FRANÇA, 2005, p. 310)

Atualizando e desenvolvendo um novo conceito, Simões e França (2005) designam o termo “mancha” para definir as regiões frequentadas por LGBT's na cidade de São Paulo, como o Largo do Arouche, foco da pesquisa dos autores:

Desse modo, categorias como “manchas” (...) procuram dar conta da lógica de implantação e utilização de aglomerados de estabelecimentos e serviços na paisagem urbana, parecem ser mais adequados ao esforço de descrever e dar sentido à região reconhecida por homossexuais como o “gueto”, com a vantagem de que permitem uma maior flexibilidade na identificação do circuito e suas características, possibilitando o destaque das variadas nuances que diferenciam espaços e grupos delimitando um “gueto” mais amplo. (SIMÕES e FRANÇA, 2005, p. 33)



Nesta “mancha” existem diversos estabelecimentos que são reconhecidos pela população LGBT+ como propícias para o desenvolvimento de suas relações sociais. Segundo os autores (2005), esta área proporciona aos seus frequentadores o sentimento de pertencimento, formando um território na da cidade de São Paulo. Souza (2012) define o território como:

O território, (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (...) a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2012, p. 78-79).

A territorialidade está diretamente ligada às relações, tanto de poder ou sociais, que ocorrem em determinado local, formando um território.

A formação dos territórios da comunidade LGBT+ se relaciona ao conceito de “apropriação simbólico-cultural”, definida por Haesbaert (2004). Segundo o autor (2004), as áreas apropriadas por essa parcela da população são suscetíveis de identificação na paisagem urbana, proporcionando simbolismo e identidade entre o local e seus ocupantes. Além disso, a apropriação simbólico-cultural possui características próprias com possibilidades de variações quanto ao seus usos e quanto ao período em que ocorre. Porém Haesbaert (2004) alerta que os efeitos dos territórios de apropriação simbólico cultural podem desenvolver redomas sociais:

A identidade, muitas vezes re-situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. (...) A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (Haesbaert, 2004, p.92)

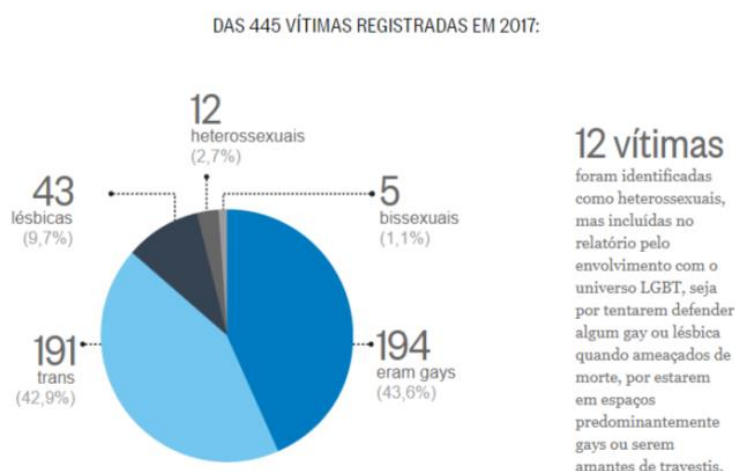
Portanto, os termos “gueto” e “mancha”, abordados por MacRae (1983) e Simões e França (2005), se referem a espaços voltados à comunidade LGBT+, tais como bares,



casas noturnas e eventos, possibilitando a formação de um território no espaço urbano. Quando aliado aos estudos de Haesbart (2004), verifica-se que estes locais desenvolvem um território simbólico cultural, onde um local devido a fatores históricos e/ou relações de identidade e simbologia entre os usuários e o local, desenvolvem um território. Porém estes espaços devem ser desenvolvidos de forma mais dinâmica e flexível, permitindo a participação e a interação com moradores e usuários do seu entorno, mesmo que estes não sejam pertencentes a camada da população LGBT+. Dessa forma, é evitado o desenvolvimento de segregações sociais, e procura-se combater a homotransfobia. A homotransfobia é uma das principais lutas do movimento LGBT+, já que segundo dados fornecidos pelo Grupo Gay da Bahia (2017), o Brasil é um dos países que mais matam LGBT's no mundo.

O estudo (Grupo Gay da Bahia, 2017) indica que, a cada dezenove horas, uma pessoa morre vítima de LGBTfobia no Brasil (Gráfico 1). Esses dados tornam-se mais alarmantes quando apresentam que 37% das vítimas são mortas dentro de suas residências por integrantes de seu núcleo familiar. A pesquisa (2017) também revelou que as taxas de suicídio de jovens LGBT's são mais altas que em heterossexuais.

Gráfico 1 – Número de mortes da população LGBT+ no Brasil em 2017.



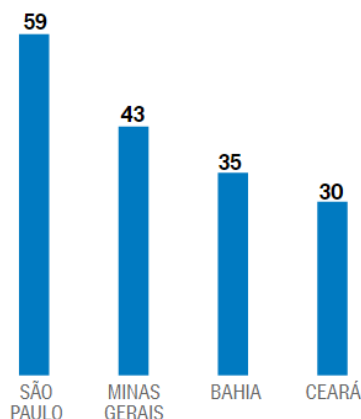
Fonte: O GLOBO, 2018.

Minas Gerais é o segundo estado no ranking de mortes e suicídios aos LGBT's, onde foram registrados 43 casos de morte no ano de 2017 (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Mortes de LGBT's por estado no Brasil em 2017.

MAIORES NOTIFICAÇÕES DE HOMICÍDIOS
E SUICÍDIOS DE LGBT:
EM 2017, EM TERMOS ABSOLUTOS



Fonte: O GLOBO, 2018.

Os gráficos apresentados são resultado da pesquisa do GGB (2017) e apresentada pelo Jornal O Globo (2018), o que mostra a deficiência do Estado, quanto a coleta de dados e de estatísticas voltadas à população LGBT+, principalmente após o Governo Federal mostrar-se indiferente no desenvolvimento dos Projetos de Leis nº 122/2006 e nº 7.582/2014 que visam criminalizar a homofobia, assemelhando ao crime ligado ao racismo. Esses fatos reforçam a importância da criação de espaços sociais que acolham essa camada da população vulnerável e suscetível à violências.

Whyte (2005) escreve sobre a relevância dos centros comunitários, que promovem a reintegração de pessoas à cidade com inserção de ensinamentos servir ao bem da comunidade local.

A relação entre os centros comunitários e a interação das classes sociais é defendida por Whyte (2005, p.122): “a principal função do centro social é estimular a mobilidade social, acenando com a possibilidade de padrões e recompensas de classe média para pessoas de classe baixa”, porém acredita-se que a mobilidade social não ocorre somente através da participação em centros sociais, outros fatores tais como má distribuição de ofertas trabalhistas e distinções de vagas e/ou salários relacionadas ao sexo de uma pessoa. O estímulo dado dentro dos centros sem dúvidas é imprescindível



para a reintegração social de seus usuários, porém a ascensão social não deve ser um dos principais ensinamentos difundidos dentro dos centros sociais.

Whyte (2005) também defende que os centros comunitários devem ser funcionais, a partir da compreensão das demandas dos seus usuários, para que não se tornem locais hostis e inviáveis quanto ao uso de seus espaços. A relação entre o espaço e o usuário se relaciona às ideias de Rapoport (1978) sobre a psicologia ambiental.

Rapoport (1978) defende que o homem é mais do que um observador no espaço e que suas interações com o ambiente no qual está inserido promovem um intercâmbio de informações e relações entre homem e espaço. Sendo assim, não se trata do homem e o meio ambiente, mas sim o homem no meio ambiente.

A arquitetura induz, facilita e promove o desenvolvimento de percepções, temperamentos e interações de seus usuários e desses com o ambiente (RAPOPORT, 1978).

Com ideias semelhantes às de Rapoport (1978), Lynch (1960) declara a importância da interação do homem com o ambiente para a transformação e desenvolvimento do desenho urbano:

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco (Lynch, p.9-10, 1960)

Para Lynch (1960), a imagem da cidade se forma a partir do desenvolvimento de sensações observadas e vivenciadas no ambiente. Assim, o autor (1960) desenvolve conceitos relacionados à identidade do ambiente.

Um desses conceitos é o de "legibilidade", definido por Lynch (1960) como a forma clara e facilitada de reconhecimento de um determinado espaço, que permite um melhor desenvolvimento do indivíduo:

(...) é possível ordenar uma quantidade substancial de fatos e fantasias acerca do mundo em que vivemos. (...) uma imagem clara do meio ambiente é, assim, uma base útil para o crescimento do indivíduo. Uma estrutura física viva e integral, capaz de produzir uma imagem clara, desempenha também um papel social (Lynch, p. 14, 1960)



Lynch (1960) também relata sobre as emoções passíveis de se desenvolverem através dessa interação entre o indivíduo e o meio estabelecido de forma organizada/ordenada, declarando que:

A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. Pode estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior. Isto é o inverso do medo que deriva da desorientação; significa que o doce sentido do lar é mais forte quando o lar é não só familiar, mas também distintivo (Lynch, p. 14-15, 1960)

Através do conceito de “legibilidade” apresentado por Lynch (1960), fica claro que os espaços de proteção e acolhimento à comunidade LGBT se tornam legíveis e identitários na cidade, além de desenvolver e despertar nos seus usuários sensações de pertencimento e segurança emocional, criando laços afetivos com o local.

Para Lynch (1960), a cidade é um elemento complexo, retrato de diversas relações sociais. As experiências ambientais de cada indivíduo proporcionam a esse diversas sensações que geram imagens, com base nas experiências que o observador viveu/sentiu.

A partir das experiências de imagens, é apresentado o conceito de “imageabilidade” que se forma não apenas daquilo que se vê, mas também sobre como o espaço/local age sobre o indivíduo:

O conceito de imageabilidade não tem, necessariamente, conotações com algo de fixo, limitado, preciso, unificado, ou ordenado regularmente, embora possa, por vezes, ter essas qualidades. Também não significa visível, óbvio, evidente, ou claro. O meio ambiente é fortemente complexo se o tentarmos estruturarmos no seu todo, enquanto a imagem evidente depressa cansa e apenas pode apontar para poucas características do mundo vivo. (Lynch, p. 20-21, 1960)

Os conceitos de “legibilidade” e de “imageabilidade” podem ser relacionados já que as imagens criadas de formas mais intensas apresentam e desenvolvem a visão do desenho urbano. Sendo assim, os centros sociais proporcionam o desenvolvimento de



imagens da cidade onde estão localizados, mais precisamente do bairro e do entorno imediato do qual estão inseridos, principalmente para aqueles que utilizam os locais.

O foco em percepção ambiental presente nas obras de Rapoport (1978) e Lynch (1960) também pode ser associado no trabalho de Del Rio, Duarte e Rheingantz (2002), que demonstram a importância da psicologia ambiental na área de arquitetura e urbanismo, relatando que essas “podem se complementar, abastecendo-se mutuamente de informações que auxiliem na definição de um ambiente mais adequado ao ser humano” (p.73)

Del Rio, Duarte e Rheingantz (2002) também reforçam a ideia de como um projeto arquitetônico pode influenciar o modo de vida das pessoas:

Nossas intervenções no ambiente, seja ele natural ou construído, podem vir a influenciar a qualidade de vida de gerações, e inúmeros são os planos e projetos cujos ambientes construídos provocam modificações imprevisíveis nas respostas sensoriais dos moradores. Essas respostas são puramente emocionais ou psicológicas no sentido mais popular da expressão. A existência de consequências neuropsicológicas e neuro endocrinológicas geradas pela percepção e estímulos ambientais é um fato comprovado (Del Rio, Duarte e Rheingantz, p. 11, 2002)

Os autores (2002), assim como Whyte (2005), declaram a importância da criação de espaços funcionais e que conheçam seus usuários, demonstrando a necessidade de saber para quem se está projetando:

A partir de referências que abordam as relações entre pessoas e seu *habitat* como experiências que, a partir de vários canais sensoriais, permitem-nos conhecer e interagir com o mundo, podemos investigar elementos de conexão entre homem e ambiente. A característica de ser habitável faz com que os ambientes devam atender as necessidades existenciais [...] (Del Rio, Duarte e Rheingantz, p. 77, 2002).

Nesse contexto, fica demonstrada a importância de pesquisa sobre o público- alvo que será beneficiado pela criação de um centro social, principalmente se este for



dedicado à população LGBT+, já que essa é bastante diversificada em relação aos seus membros. A partir do conhecimento dos beneficiados, torna-se mais fácil a criação de um projeto arquitetônico funcional, que atenda de fato seus usuários e que não venha a tornar-se hostil.

Considerações Finais

Percebe-se neste trabalho a importância de estudos com foco na comunidade LGBT+ no Brasil, principalmente pela alta vulnerabilidade e das sucessões de necessidades que essa parcela da população possui. Este tipo de trabalho garante visibilidade à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queers, Questionadores, Intersexuais, Assexuados, Aliados e Pansexuais, no meio acadêmico.

A leitura e as relações de conceitos apresentados sobre territorialização e psicologia ambiental, dando foco a comunidade LGBT+, comprovam a eficácia de centros sociais e os seus benefícios para os seus usuários, reforçando que as relações sociais ocorridas nesses espaços proporcionam o sentimento de pertencimento de seus usuários com o meio, valorizando ainda mais os centros sociais e seu entorno, conforme foi apresentado por Lynch (1960), com os conceitos de “legibilidade” e “imageabilidade”.

Estas relações entre o usuário e o meio também são apresentadas nas obras de Whyte (2005), Rapoport (1978) e Del Rio, Duarte e Rheingantz (2002) permitindo perceber a importância de espaços sociais para a melhoria na qualidade de vida de seus usuários, ficando claro que a arquitetura tem a possibilidade de influenciar não somente o espaço urbano no qual a edificação/espaço projetado, está inserido como também induz comportamentos e sensações as pessoas, que são usuárias daquele local/edifício.

Referências

CABETTE, André. A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro. *Jornal Nexo*; Brasil, 2017. Acesso em Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>



CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A Morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta Pela Despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978-1990). Florianópolis, 2015.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Projeto do Lugar: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

FRANÇA, Isadora Lins. Cercas e Pontes: O Movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GOVERNO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Rede Capixaba de Direitos Humanos. Acesso em: Agosto de 2018. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/homofobia-lesbofobia-e-transfobia>

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório 2017. Salvador Bahia, 2017. Acesso em: Agosto de 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/2017-2/>

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, cap. II, 2004.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Prefeitura de BH reajusta para 150 mil o público da parada LGBT de 2018. postado em 09/07/2018 10:37 / atualizado em 09/07/2018. Acesso em Agosto de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/07/09/interna_gerais,972219/prefeitura-de-bh-reajusta-para-150-mil-o-publico-da-parada-lgbt-de-201.shtml

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Cambridge: The M.I.T. Press, cap. I- III, 1960.

MACRAE, Edward. Em Defesa do Gueto. São Paulo, p. 53-60, 1983.



O GLOBO. Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. 17 de Janeiro de 2018. Acesso em Agosto de 2018. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, p. 70-85, 1987.

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona. Gustavo Gili, 1978, p. 44-60.

SIMÕES, Júlio Assis e FRANÇA, Isadora Lins. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, J. N. e TRINDADE, R. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. P.320-336.

SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

WHYTE, William F. *Sociedade de Esquina: [Street Corner Society] A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.117-128.